

**ENTREVISTA COM A DEPUTADA ESTADUAL RENATA
SOUZA (PSOL-RIO)**

Renata da Silva Souza - Cria da Maré. Feminista Negra e favelada, formada em Jornalismo e em Publicidade pela PUC-Rio. Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Realizou pesquisa de pós-doutorado na UFF, onde formulou o conceito de "feminicídio político". É autora dos livros "Cria da Favela: resistência à militarização da vida", editora Boitempo, e "Cabeça erguida: preta, favelada e feminista na política", da editora Rubra. Renata Souza é a Deputada Estadual (PSOL) mais votada da história da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro por 174.132 pessoas. É Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e ex-presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj. Em 2020, foi a primeira mulher negra candidata a Prefeita do Rio pelo Partido Socialismo e Liberdade. Em 2017, foi chefe de gabinete de Marielle Franco.

1- Equipe de entrevistadores (EE)¹: deputada Renata, além de lhe agradecer pela gentileza de participar da entrevista neste livro, gostaríamos de lhe perguntar: Quais os seus projetos direcionados para a saúde mental da população da favela?

Deputada Renata: De nossa autoria, temos a Lei nº 9.775/2022, que institui o programa de acolhimento em saúde mental para a juventude das favelas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Também temos a autoria da Lei nº 8.591/2019, para a prevenção do suicídio de policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. Essa questão foi anteriormente tema de audiência pública no mesmo ano.

Outra iniciativa importante é o PL nº 1184/2019, em trâmite na Alerj, que institui, no Estado do Rio de Janeiro, a Semana Estadual de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio da Pessoas LGBTQIAPN+, que também são vítimas das condições que levam ao suicídio.

2- EE: Quais estratégias possíveis para produzir o direito à justiça, à memória e à reparação para as mães de vítimas de violência armada?

Deputada Renata: O Estado que deveria cumprir o dever constitucional de garantir a vida é o mesmo Estado que, em guerra aos pobres, promove de forma sistemática o genocídio do povo negro e favelado. Além disso, impacta no cotidiano, limita o ir e vir, impede o pleno acesso a serviços e políticas públicas e prejudica gravemente a saúde física e emocional dessas mulheres. Falar em justiça, memória e reparação num contexto desses é falar de demandas que contrariam o papel histórico do Estado. Isso significa estar na contramão dos interesses desse Estado. Nossa estratégia central é a ocupação quilombista da política, numa lógica contra-hegemônica e decolonial, numa interseccionalidade (de raça e etnia, classe e território, gênero e sexualidade) revista na perspectiva do feminismo negro. Não haverá outro modo de conquistarmos esses direitos se não for pela força da organização e da mobilização popular nos movimentos de luta. Ocupar a política institucional só faz sentido se for para transgredir da tradição patriarcal, colonial, branca e elitista do espaço da política e

¹ A equipe de entrevistadores foi constituída, além dos três organizadores (Deivi Matos, Lilian Souza e Rogério Lustosa), pelo Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara e pelas professoras Rachel Gouveia (ESS/UFRJ) e Mably Trindade (ESS/UFRJ).

servir de apoio à luta para além da institucionalidade, em articulação com os movimentos populares. Seguem abaixo alguns projetos de lei nesse sentido:

Projeto de Lei nº 1695/2019- dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Enfrentamento ao homicídio de jovens, no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/9b41465c5dba2780032584c00057717b?OpenDocument&Highlight=0,1695>.

Projeto de Lei nº 1.085/2019 – Altera a Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002: Os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais deverão ser aplicados prioritariamente, observadas as necessidades do interior do estado, nas seguintes ações: programa de auxílio, assistência e proteção aos familiares de vítimas fatais da violência praticada por agentes de segurança estaduais e aos sobreviventes daqueles atos violentos, bem como aos familiares de agentes de segurança mortos ou feridos, no exercício de suas funções. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/aec0002511ed70ea8325845c0062022a?OpenDocument&Highlight=0,1085>.

Projeto de Lei nº 3.480/2020 – Altera a Lei nº 8.591, de 29 de outubro de 2019, para incluir o acolhimento psicossocial de familiares de policiais assassinados no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/f0b3a89fd1f3a5a00325864000733bd7?OpenDocument&Highlight=0,3480>.

Projeto de Lei nº 1.327/2019 – Dispõe sobre a proibição de homenagens ou exaltações à ditadura militar no estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/15d498664bde4fec8325847800534834?OpenDocument&Highlight=0,1327>.

3- EE: De que forma, a senhora Deputada, enfrenta a violência contra as mulheres negras moradores da favela e LGBTQIAP+?

Deputada Renata: Enfrentar a violência de gênero que se sobrepõe a de raça e a de classe é a história da minha vida como mulher preta e favelada desde que me entendo como gente. Da mesma forma, embora não seja lésbica ou bissexual, sempre abracei a causa. Uso o lugar de deputada para fortalecimento de processos coletivos de resistência e enfrentamento. O próprio fato de ser uma deputada mulher preta e favelada socialista funciona como representatividade, desperta consciências e inspira movimentações. Fazer dessa mandata uma ocupação coletiva da política, a partir das ruas e das favelas, é poder construir novas potências. No cotidiano parlamentar, essas mulheres são as referências para a nossa atuação na denúncia das violações de direitos, na fiscalização do governo e dos serviços públicos, na defesa e na formulação de leis e de políticas públicas, na escuta e acolhimento dessas mulheres. Agora por exemplo, ocupo a Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e temos pela primeira vez na história da Alerj uma Sala Lilás para receber as mu-

lheres vítimas das mais diversas formas de violência e violação de direitos. São negras 75% das mulheres que nos procuram por violência doméstica no trabalho, nas ruas, na sala de parto, nas unidades prisionais, por violência de cunho de gênero, sexual, racial ou social, de forma física e/ou psicológica. Elas vêm à Sala Lilás, mas também estou cotidianamente nos territórios, porque essas mulheres precisam se sentir percebidas, vistas, ouvidas, abraçadas, reconhecidas em sua voz, em sua identidade e em suas forças, para além das fragilidades e dores. Precisam saber que não estão sós, que há outras que sofrem e que lutam, para que possamos nos organizar em rede e atuar com cada vez mais capacidade de produzir mudanças. Cito como exemplo de uma pequena vitória nesse sentido a conquista da Lei 8.972/2020 de nossa autoria, que permitiu que liberação de R\$ 20 milhões em recursos para o combate à Covid e à fome nas favelas, por meio de edital da Fiocruz que envolveu ações organizadas por diversos movimentos populares. Mulheres pretas e faveladas tiveram notório protagonismo para fazer acontecer essas ações que já impactaram mais de 100 mil famílias.

- 4- **EE: Em nome dos alunos da pós-graduação do PPGSS/UFRJ (mestrando Deivi Matos) e do Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ, gostaríamos de lhe perguntar: Como tem se dado a sua atuação na garantia dos direitos das minorias numa Assembleia Legislativa, cuja maioria dos parlamentares, eleitos no último pleito, são homens, de maioria branca, com forte tendência conservadora e reacionária; homens que, por vezes, objetivam desconstruir direitos sociais conquistados pelo Movimento Negro?**

O meu papel parlamentar, é, sobretudo, o de atuar politicamente para honrar a confiança de quem depositou o seu voto na urna para fortalecimento não da minha pessoa, mas de um projeto político, de um programa participativo e de interesse coletivo. Lamentavelmente, represento com a minha identidade e bandeiras a maior parte da população do Estado, mas dentro da Alerj sou minoria irrisória, perante uma maioria masculina, branca e oligárquica. A herança patriarcal colonial é viva e a extrema direita, racista, machista e LGBTQI-APNfóbica, é dominante na Casa. Isso significa sofrer muitas derrotas, mas também produzir resistência e enfrentamento. Significa ser incômoda e, por vezes, poder celebrar avanços nas lutas coletivas que não pareciam ser possíveis num ambiente de extrema e cotidiana violência política de gênero.

- 5- **EE: Como a senhora sendo uma mulher, negra, feminista, favelada e intelectual, tem analisado esse processo do aumento do conservadorismo e do reacionarismo no tecido social fluminense? Se possível, fale das formas de resistência e enfrentamento que a senhora pensa, sob esse cenário totalmente contrário e hostil às lutas que tenta defender e construir através da sua mandata?**

Basta olhar pro afresco na parede do plenário Barbosa Lima Sobrinho, no Palácio Tiradentes, antiga sede da Alerj, para ver como desde a proclamação da República a Casa vem sendo reduto de homens brancos, ricos e conservadores. Cabe considerar que o Rio foi Côrte

e carrega muitos ranços aristocráticos e escravagistas desde então. A política fluminense não é de hoje que gira para a direita e isso tem a ver com muitos fatores, mas também com os próprios limites e contradições de governos que, tidos como progressistas, não foram capazes de mudanças significativas no sentido da superação do racismo de Estado e da sociedade, por exemplo. A hegemonia local da extrema direita se construiu em meio a um processo bastante complexo e multifatorial, mas que pode ser lido, em parte, como uma resposta raivosa ao ascenso das lutas das mulheres, em especial das negras, do povo LGBTQIAPN+ e da juventude negra por vida, liberdade e direitos. Também é possível observar como esse ascenso da extrema direita se deu num atravessamento da ideologia neofascista com um degradado ambiente político atravessado por interesses do capital, tanto em suas fachadas de legalidade como em seus subterrâneos operados pelo crime organizado. Nesse cenário, por décadas, a serpente pariu e chocou os seus ovos peçonhentos. Falar assim pode causar até falta de ar e de esperança, mas não, porque a nossa esperança se faz todo santo dia em que acordamos e constatamos que estamos vivas e resistimos. Resistimos no Ubuntu, por nós, por nossa ancestralidade, por nossa ancestral Marielle Franco, pelas futuras gerações. Mas resistir não basta, é preciso reafirmar o nosso sonho revolucionário, o sonho de derrotar de vez o capitalismo racista e demolidor de corpos, corações e almas, para experimentar novas formas de ser e de estar neste planeta, que não sejam destrutivas da nossa espécie e da natureza.

6- EE: do ponto de vista da afirmação histórica, política e social da população negra, como tem sido para a senhora a vivência entre a favela e o legislativo?

Deputada Renata: Eis aqui uma memória de fato recente bastante emblemático. Em 14 de abril de 2023, estava com cerca de 70 mulheres numa atividade a céu aberto na Maré, onde nasci e me criei, quando tivemos que parar tudo e correr pra dentro da sede da instituição, a Casa das Mulheres. Era o lançamento de uma pesquisa da Redes justamente sobre o impacto da violência armada no cotidiano das mulheres. Eu liguei para o governador, a ligação caiu, ele não retornou. Cheguei a pedir que ele interrompesse o tiroteio, que, iniciado naquela tarde, durou cerca de quatro horas. Eu não queria ser resgatada. Queria que aquele tiroteio, em operação para recuperar um caminhão de carga roubado, parasse. Eu queria que todos os tiroteios em favelas e na periferia parassem. Acho que essa história ilustra bem a minha condição de parlamentar preta e favelada. Na Alerj, sou suportada, minimamente tolerada, mas a violência política racista e de gênero é cotidiana. Nos primeiros quatro meses da primeira mandata, tentaram me acusar depois que denunciei à ONU o uso de helicópteros como plataformas de tiro contra o povo favelado. Recentemente, fui novamente denunciada à Comissão de Ética da Alerj por quebra de decoro. O que eu fiz? Homenageei uma mulher preta, sambista, dentro de um terreiro de candomblé. Não é fácil, mas faz sentido ocupar a política nessas condições. Há um sentimento de avanço. Ter quase triplicado no ano passado a votação para a reeleição com a maior votação de uma mulher para deputada em toda a história da Alerj, tendo sido a mais votada da Maré, é um indicador que me parece respeitável desse avanço.

7-EE: de que maneira a senhora identifica que os jovens negros universitários possam ascender ao Parlamento?

Deputada Renata: Jovens negros e negras podem e devem se preparar para ocupar os lugares que bem quiserem. Isso passa menos por ter ou não um diploma universitário, embora isso seja ótimo, e mais pelo engajamento na luta coletiva do povo preto, que é muito maior do que o Parlamento. É coletivamente e no chão das favelas e das periferias que a juventude negra vai despertar a sua consciência política, vai compreender quem opera (e por quê) as estruturas que atravessam as suas vidas e tentam ceifá-las ou apequená-las e humilhá-las. Essa juventude negra vai assim cada vez mais poder ocupar a política não como forma de ascensão pessoal, numa lógica meritocrática, mas para mover essas estruturas e fazê-las em ruínas, de modo a enfim dar lugar à esperança de uma outra realidade que não seja organizada na violência e na desigualdade.